

Cenário eleitoral dificulta acordo no Conselho de Ética para evitar cassação

César Felício

De São Paulo

O cenário eleitoral e as divisões partidárias internas são um empecilho para qualquer acordo político no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, em relação ao processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF).

O Conselho é formado por cinco senadores do PMDB, quatro do PFL, quatro da oposição e três do PSDB. Seis dos 16 integrantes articulam suas candidaturas a governador: os pemedebistas Ney Suassuna (PB) e Amir Lando (RO), os tucanos Antero Paes de Barros (MT) e Lúcio Alcântara (CE), o pefelista Paulo Souto (BA) e a petista Heloísa Helena (AL). Destes, os dois do PMDB estão distantes do presidente da legenda, senador Jader Barbalho (PA), possível interessado em um processo de punição menos sumário e que não redundasse necessariamente

mente em cassação.

Lando preside um diretório do PMDB que tende a apoiar a candidatura presidencial de Itamar Franco em 2002. Defendeu o afastamento de Jader da presidência da legenda logo que as denúncias contra o dirigente se tornaram mais numerosas e prega a eleição de uma direção para a sigla "que conduza o partido para uma imagem melhor". Durante o atual processo deu sinais, entretanto, que considera a situação de ACM melhor que a de Arruda.

Já Suassuna, que tem o apoio do governador paraibano José Maranhão para a sucessão, está alinhado dentro do PMDB com dirigentes que não querem a manutenção do grupo de Jader à frente do partido e que também não têm compromisso com Itamar. A dificuldade para um apoio a ACM é também pessoal: trocou tapas com o pefelista no plenário da Casa em 1996. O terceiro pemedebista membro do Conselho, Casildo Maldaner (SC), é candidato à reeleição em

seu Estado, pediu a renúncia de Jader da presidência da legenda e já afirmou publicamente que, em sua visão, houve quebra de decoro. O quarto integrante do partido é alinhado com Jader: o acreano Nabor Júnior. O parlamentar, contudo, também mantém relações políticas com o ex-senador cassado Luiz Estevão (DF), o que pode impedir um voto favorável a ACM. O pemedebista assiste calado às reuniões do Conselho. Ramez Tebet (MS), que preside o órgão, não deve votar.

No PSDB, os pré-candidatos Lúcio Alcântara (CE) e Antero Paes de Barros (MT) ocupam campos opostos nas estratégias eleitorais para 2002. Alcântara é ligado ao governador cearense Tasso Jereissati, o tucano mais próximo a ACM. Paes de Barros disputa a preferência do governador Dante de Oliveira para a sua sucessão. Dante era do grupo do falecido governador paulista Mário Covas no PSDB e hoje, se aproxima do ministro da Saúde,

José Serra, interessado em uma composição com o PMDB. O terceiro tucano, Osmar Dias (PR), é um dissidente habitual dentro da sua bancada.

No PFL, não há interesses conflitantes. O processo contra ACM reforçou a tendência do senador ameaçado de desistir de disputar o governo baiano e apoiar Paulo Souto para o cargo, o que deve consolidar o seu voto contrário à cassação de ambos. Waldeck Ornelas, outro pefelista integrante do Conselho, é um fiel carlista. Também integram o órgão o mineiro Francelino Pereira, ex-presidente da Arena na década de 70, colega de bancada de ACM na UDN nos anos 50 e 60. E o catarinense Geraldo Althoff, que segue a liderança do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). Na oposição, Heloísa, o relator Saturnino Braga (PSB-RJ) e Jefferson são votos certos contra Arruda e ACM. Mas o ex-petista Lauro Campos (sem partido-DF), deu sinais em contrário.